



PARECER Nº 27/2025

Da Comissão de Cidadania e Segurança Pública, sobre o **Projeto de Lei nº 319/2025** de autoria do vereador Celso Nicácio da Silva, que *“Proíbe a distribuição de propagandas mediante fixação de panfletos na parte externa de qualquer veículo automotor estacionado em vias e logradouros públicos no Município de Araucária e dá outras providências.”*

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 319/2025 de autoria do vereador Celso Nicácio da Silva que *“Proíbe a distribuição de propagandas mediante fixação de panfletos na parte externa de qualquer veículo automotor estacionado em vias e logradouros públicos no Município de Araucária e dá outras providências”*.

O projeto vem acompanhado de justificativa, na qual se expõe, em síntese:

A presente proposição tem como objetivo primordial diminuir a poluição visual, bem como resíduos nas vias e locais públicas e particulares deixados por propagandas e publicidades realizadas por meio de panfletos, folhetos e jornais em nosso Município.

É cediço que usuários de veículos muitas das vezes se depreendem com folhetos ou panfletos de propaganda nos vidros dos veículos, sem, contudo, ter autorizado a afixação, gerando um incômodo ao motorista. Além disso os motoristas dos veículos automotores, muitas vezes sem perceberem os panfletos em locais externo de seu veículo, acabam saindo, e com essa locomoção estes panfletos acabam se desprendendo e vindo causar a poluição do ambiente, aonde podem ser deslocadas em bueiros e com grande acúmulo desses ou outros





poluentes podem causar o bloqueio total ou parcial da água, aonde as consequências podem levar a enchentes.

Nas grades Residências e paredes e vidros dos comércios, o vento e a chuva podem levar os panfletos e causar as mesmas consequências já citadas.

Além dos danos citados esses panfletos jogados em locais não apropriados também levam a uma poluição visual na cidade.

Com isso, a proposição ainda, auxilia na diminuição de trabalhos das pessoas que fazem a limpeza pública, como também gastos de recursos públicos para a limpeza de vias e logradouros públicos”.

É o breve relatório.

II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA

É importante ressaltar que compete a Comissão de Cidadania e Segurança Pública a análise de Projetos de Lei com matérias referentes a violação dos direitos humanos, bem como à fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos, colaboração com órgãos governamentais e com entidades não governamentais que atuem na defesa dos direitos humanos, da mulher, da criança, do idoso, do deficiente físico e demais matérias que se refiram ao exercício dos direitos inerentes à cidadania e segurança pública, conforme Art. 52, inciso V, do Regimento Interno:

“Art. 52º Compete

(...)

V – à Comissão de Cidadania e Segurança Pública, matéria que diga respeito à violação dos direitos humanos, bem como à fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos, colaboração com órgãos governamentais e com entidades não governamentais que atuem na defesa dos direitos humanos, da mulher, da criança, do idoso, do deficiente físico e demais matérias que se refiram ao exercício dos direitos inerentes à cidadania e segurança pública”.





Dispõe o art. 30º, inciso I, da Constituição Federal, posteriormente transcrito para a Lei Orgânica de Araucária, através do Art. 5º, inciso I, que compete ao Município legislar sobre interesse local. Vejamos:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)”

Além do mais, o art. 40º, §1º, “a” da Lei Orgânica do Município de Araucária, preconiza que os projetos de lei podem ser de autoria dos vereadores:

“Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

a) do Vereador;

(...)”

O projeto em análise guarda plena pertinência com tais disposições, pois promove a cidadania e contribui para a preservação do espaço público, reforçando o direito de todos a uma cidade limpa, saudável e segura.

A proposição encontra respaldo em diversos dispositivos constitucionais:

A dignidade da pessoa humana é fundamento da República, e a preservação do meio ambiente urbano contribui diretamente para este princípio.

“Art. 1º (...)

III – a dignidade da pessoa humana;”

O bem-estar coletivo deve ser promovido como objetivo fundamental da República, o que inclui políticas de preservação ambiental e urbanística.

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:





IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;”

O direito ao meio ambiente equilibrado é direito de todos e dever do poder público, diretamente relacionado à proposta de reduzir resíduos urbanos e poluição visual.

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

A saúde, a segurança e o lazer são direitos sociais que dependem de um ambiente urbano limpo e organizado.

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

A ordem econômica também se fundamenta na valorização do trabalho humano e na função social da cidade, o que inclui ordenação urbanística.

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

III – função social da propriedade;”

A Administração Pública deve pautar-se pela eficiência e moralidade, o que inclui normas que evitem gastos excessivos com limpeza pública em razão da poluição causada por panfletos.

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).”

No aspecto infraconstitucional, cabe mencionar:





A Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) em seu art. 3º, inciso III, define poluição como degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população. O acúmulo de resíduos e poluição visual está abrangido nessa definição.

“Art 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

(...)

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;*
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;*
- c) afetem desfavoravelmente a biota;*
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;*
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;*

O Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) prevê que a segurança viária depende da ordem e limpeza do espaço urbano, sendo compatível com a proibição de materiais afixados em veículos sem consentimento do proprietário.

A Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) também prevê penalidades para quem causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem em danos à saúde ou ao meio ambiente, reforçando a necessidade de medidas preventivas.

Dessa forma, verifica-se que a proposição encontra respaldo não apenas na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, mas também em normas ambientais e urbanísticas, fortalecendo a cidadania, a proteção do meio ambiente e a segurança pública.

Assim, o parecer é **favorável** à aprovação da proposição em análise.





III – VOTO

Diante do exposto, no que compete à Comissão de Cidadania e Segurança Pública, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei. Dessa forma, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dada ciência aos vereadores, bem como submetido à deliberação plenária, para apreciação, conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

É o parecer.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.



VILSON CORDEIRO

16/09/2025 16:29:01

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Vilson Cordeiro
Vereador Relator – CCSP





DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

VOTAÇÃO DE PARECER

Na reunião realizada no dia 18 de setembro de 2025 na Sala do Diprole da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores Francisco Paulo Oliveira e Gilmar Carlos Lisboa, membros da Comissão de Obras e Serviços Públicos, votaram favoráveis ao Parecer nº 27/2025-CCSP, referente ao Projeto de Lei nº 319/2025.

Araucária, 18 de setembro de 2025.



FRANCISCO PAULO DE OLIVEIRA

18/09/2025 11:09:51

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.



GILMAR CARLOS LISBOA

22/09/2025 11:52:19

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

